

**GÊNERO E SEXUALIDADE:
PERSPECTIVAS PARA A HISTÓRIA DO ESPORTE**

Viviane Teixeira Silveira¹
Evelise Amgarten Quitzau²

Resumo: As questões de gênero vêm sendo incorporadas às pesquisas em história do esporte desde os anos 1970 no cenário internacional e desde a década de 1980 no Brasil. Neste percurso de cerca de 40 anos, desde que estas temáticas começaram a ser introduzidas no âmbito da história do esporte, é possível perceber, tanto nas pesquisas brasileiras como de outros países, um caminho comum: inicialmente, estes estudos se concentraram majoritariamente em uma “história das mulheres” para, posteriormente, com a compreensão de gênero como categoria relacional, começar a apontar para a necessidade de pensar outros aspectos, tais como as interrelações existentes entre os processos de construção de feminilidades e masculinidades e aspectos como classes sociais, identidades nacionais, religião e questões étnico-raciais. Apesar de terem contribuído para a desnaturalização de certos aspectos do esporte, percebe-se que estes estudos seguem bastante vinculados a uma história das mulheres, sendo necessário ampliar o olhar sobre as relações entre gênero e esporte de maneira a incorporar outras problemáticas. Neste ensaio, buscamos, a partir de balanços já existentes sobre a área, repensar a operacionalidade de gênero e sexualidade no âmbito da pesquisa historiográfica sobre esporte, assim como a incorporação de possíveis novos temas e perspectivas teóricas, como as masculinidades, a homofobia e as contribuições da teoria *queer*. Por fim, apontamos para como os aportes teórico-metodológicos da história oral podem ser uma importante ferramenta para dar voz a personagens tradicionalmente invisibilizados na história do esporte.

Palavras-chave: historiografia. história do esporte. gênero

¹ Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas (2004), mestre em Educação - área de concentração Educação, Cultura e Tecnologia pela Universidade Federal do Paraná (2008). Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas - área de concentração Condição Humana na Modernidade (2013) pela Universidade Federal de Santa Catarina/Bolsista CNPq. Doutorado sanduíche na Université de Strasbourg, sob supervisão do prof. David Le Breton/Bolsista CAPES. Atualmente é docente do curso de Licenciatura em Educação Física e do Programa de Mestrado em Educação Física do Instituto Superior de Educación Física da Universidad de la Republica/Uruguai.

² É formada em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (2008), mestre em Educação Física - área de concentração Educação Física e Sociedade, pela mesma instituição (2011) e doutora em Educação pela Unicamp (2016). Docente do curso de Licenciatura em Educação Física e do Programa de Mestrado em Educação Física do Instituto Superior de Educación Física, da Universidad de la República, Uruguai, e é pesquisadora Nivel 1 do Sistema Nacional de Investigadores da Agencia Nacional de Investigación e Innovación (SNI/ANII).

Introdução

O conhecimento histórico não tem outras consequências para além das puramente culturais; desprovincializa, ensina que em matéria humana, tudo o que é poderia não ser. (VEYNE, 2008, p.90)

Nas décadas de 1970 e 1980, inicialmente na Europa e Estados Unidos, e depois no Brasil, a categoria 'gênero' começou a aparecer como uma possibilidade de ampliação do campo da história do esporte (BANDY; GORI; JINXIA, 2012; GOELLNER, 2013). Nesses três contextos, o diálogo entre a historiografia do esporte e o gênero, como categoria analítica, foi influenciado pelas contribuições das teorias feministas e pela necessidade de dar visibilidade às mulheres que faziam parte do fenômeno esportivo, seja como praticantes amadoras ou como atletas profissionais. Gênero, portanto, aparece no campo historiográfico, e especialmente na história do esporte, como uma possibilidade de auxiliar o conhecimento histórico em sua tarefa de “desprovincializar” os fenômenos humanos, como nos ensina Paul Veyne (2008), buscando dar visibilidade a um grupo até então silenciado pela história.

Silvana Goellner (2007; 2013), analisando as questões epistemológicas que os aportes feministas tiveram sobre os estudos de história do esporte e, posteriormente, realizando um balanço sobre as relações entre gênero e esporte na historiografia brasileira, identifica que, ao menos a princípio, os estudos que buscavam pensar temas relacionados ao gênero nos estudos sobre história do esporte faziam exclusivamente uma história das mulheres. Observação muito similar é feita por Susan Bandy, Gigliola Gori e Dong Jinxia (2012) ao analisarem estes processos no cenário internacional. As três pesquisas mencionadas coincidem, também, em identificar uma mudança neste panorama a partir do momento em que gênero deixa de ser compreendido apenas como mais uma categoria de análise e passa a ser entendido como um processo relacional (GOELLNER, 2007, 2013; BANDY; GORI; JINXIA, 2012). Neste sentido, Goellner (2007; 2013) identifica como importante marco a publicação, em 1986, do artigo *Gender: a useful category of historical analysis*, pela historiadora norte-americana Joan Scott, cuja tradução foi publicada no Brasil em 1995 pela revista Educação e Realidade.

Com a tradução e divulgação do artigo de Joan Scott (1995), pesquisadoras brasileiras começam a utilizar essa categoria, enquanto instrumental de análise, apesar de, há algum tempo, pesquisadoras norte-americanas terem utilizado a palavra *gender*


para se referir “as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres” (SCOTT, 1995, p.75).

Assim, é a partir das diferentes concepções dos estudos de gênero que, inicialmente se referiam à “condição feminina”, a seguir à “problemática da mulher” e hoje, majoritariamente ao “gênero” enquanto categoria de análise, que as várias teorias procuram explicar as categorias homem e mulher. Ou seja, desde o século XIX existe a ideia de que a categoria “mulher” é uma construção social, mas eram visíveis as dificuldades teóricas para explicar a opressão das mulheres nas diferentes teias de relações sociais com que homens e mulheres cotidianamente convivem. Assim, por um lado, enquanto os estudos da condição feminina tinham a pretensão de homogeneizar todas as mulheres (desconsiderando as diferenças de classe, etnia, geração), por outro, a ênfase dos estudos na problemática da mulher priorizava a questão de classe, e demonstravam, ambos, a falta de uma articulação das diferentes esferas em que se dá a opressão sobre as mulheres. É nas limitações destas teorias que surge o conceito de gênero, enquanto categoria relacional, o qual procurará articular as relações historicamente determinadas para além das diferenças de sexos, mas sobretudo, uma categoria que serve para dar sentido a esta diferença.

A própria diferença entre sexo e gênero representou um debate fundamental dentro dos estudos feministas³. A princípio a diferença entre homem e mulher era abordada de forma naturalizada, pois a diferença orgânica e fisiológica representava o corte simbólico entre homens e mulheres. A partir das teorizações sobre a sexualidade, além das aproximações com outras categorias de análise sociais, como raça/etnia e cultura, criou-se a categoria gênero, para que a ideia da diferença recaísse sobre o campo do histórico, do social e do discursivo, colocando em xeque uma ideia de natureza que também deveria ser questionada⁴.

³ Laqueur, analisando os discursos sobre o corpo, a fisiologia reprodutiva e as relações entre os sexos, demonstra como as diferentes formas de se pensar a diferença entre os sexos, de Aristóteles a Freud, pouco tiveram a ver com os progressos da ciência. Ao contrário, propõe que a passagem de um modelo de sexo único que predominou nas sociedades ocidentais da Antiguidade até o final da Renascença e que advogava a existência de um só sexo – o masculino – do qual a mulher seria uma versão imperfeita, para o modelo de dois sexos que aparece no século XVIII e que trata homens e mulheres como radicalmente diferentes e complementares, não se deu em função de um avanço da ciência, mas sim como resposta às necessidades políticas fundamentais para a construção da sociedade liberal moderna. Para mais, ver: LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

⁴ A introdução da noção de gênero nos estudos sobre a mulher por pesquisadoras feministas inicia a partir da década de 70 e liga-se com a preocupação de desnaturalizar a noção de



Pensar gênero como um processo interrelacional possibilitou às pesquisas na área de história do esporte o entendimento de que masculino e feminino, homem e mulher, não são categorias estagnadas, pré-definidas e homogêneas, e, segundo Bandy, Gori e Jinxia (2012), levou à adoção da interseccionalidade como uma categoria importante, permitindo a pesquisadores e pesquisadoras do campo “analisar mais profundamente identidade e opressão e desafiar a natureza hierárquica, hegemônica do esporte moderno” (BANDY; GORI; JINXIA, 2012, p.669).

Os trabalhos de Goellner (2007; 2013) e Bandy, Gori e Jinxia (2012), publicados em datas muito próximas, parecem coincidir não apenas no diagnóstico que fazem dos usos do gênero como ferramenta analítica no campo da história do esporte, mas também nas perspectivas que esboçam, ao indicar a necessidade de pensar questões como as construções de masculinidades e feminilidades em outros esportes que não os mais tradicionais e de estabelecer as interrelações entre estas construções e aspectos como identidade nacional, classes sociais, religião e aspectos étnico-raciais. Mas seriam estes os únicos aspectos a se pensar? Analisar os processos de construção de masculinidades e feminilidades no esporte, assim como suas relações com outros aspectos sociais, seriam as únicas possibilidades para pensar historicamente as relações gênero-esporte? De que outras maneiras gênero e sexualidade nos permitiriam ampliar os estudos neste campo? Neste sentido, no presente ensaio buscamos, a partir dos balanços já existentes sobre a área, repensar a operacionalidade de gênero e sexualidade no âmbito da pesquisa historiográfica, olhando para um campo em que, apesar dos avanços dos últimos anos, estas questões ainda são pouco trabalhadas: a história do esporte.

Uma primeira expressão: as “histórias das mulheres”

Desde os anos 70, no momento em que as reivindicações acerca da igualdade entre homens e mulheres tomou de assalto o campo da produção do conhecimento nas universidades, além dos estudos demonstrativos acerca da desigualdade entre homens e

feminino e masculino nas análises que vinculam os papéis sexuais ao seu substrato biológico. A maioria das feministas dos anos 60 e início dos anos 70 aceitaram a premissa da existência de fenômenos biológicos reais a diferenciar mulheres de homens, usados de maneira similar em todas as sociedades para gerar uma distinção entre masculino e feminino – gênero não foi usado nesse contexto como substituto para sexo – mas como meio para minar as pretensões de abrangência do sexo. Para mais, ver o artigo Nicholson (2000).

mulheres, o que se percebia era que a ciência e a epistemologia possuíam um gênero, ou um sexo bem definido, isto é, o masculino⁵.


Em relação aos debates da historiografia, no momento em que a chamada “história das mulheres” começou a ser produzida, significou dizer não só que existe uma história que não havia sido contada porque suas protagonistas foram silenciadas ao longo dos tempos, mas, principalmente, que os métodos historiográficos deveriam ser reinventados, pois aquilo que se convencionou chamar de história universal não passava de uma história no/do masculino. Desse modo, aquilo que se questionou principalmente foi o caráter universalista das metanarrativas históricas⁶. Esse tipo de crítica ocorreu em todos os âmbitos da ciência, da Biologia à Literatura, da Física à Sociologia.

Susan Bordo (1990) investigou o impacto das reivindicações feministas na produção do conhecimento, demonstrando que o feminismo iniciou um trabalho cultural de exposição e articulação de uma natureza generificada da história, da cultura e da sociedade. Segundo esta autora:

Agora não se pode mais reivindicar que o conhecimento descende dos céus da racionalidade pura, ou que reflita da inevitabilidade e da lógica progressiva das descobertas científicas e intelectuais. Estas [descobertas] deverão ser tomadas como produtos de indivíduos historicamente situados com interesses particulares de classe, raça e gênero. As categorias imperiais, que provieram de justificação das descobertas – Razão, Verdade, Natureza humana, História, Tradição – agora foram deslocadas por meio de questionamentos (históricos e sociais): Verdade de quem? Natureza de quem? Versão de razão de quem? História de quem? Tradição de quem? (BORDO, 2003, p.219, tradução própria).

⁵ Embora os estudos sobre as mulheres brasileiras tenham recebido um impulso extraordinário nessa década, a referência, segundo Grossi, continua sendo a unidade biológica das mulheres, isto é, que todas as mulheres, independentemente de sua condição social de origem, se reconhecem pela morfologia do sexo feminino (vagina, útero, seios). Para mais, ver: Grossi (1998). Para aprofundar o debate sobre as contribuições de uma epistemologia feminista para a produção do conhecimento, consultar: HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagú*, nº 5, p.7-41, 1995. LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. *Cadernos Pagú*, nº 15, p.15-38, 2000. SCHIENBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência? Bauru: EDUSC, 2001.

⁶ Judith Butler em seu artigo “Fundamentos contingentes: O feminismo e a questão da pós-modernidade”, traz à tona o debate epistemológico da modernidade e pós-modernidade problematizando sua entrada na teoria social. Nesse sentido, as metanarrativas, se transformam em paradoxos, nos quais a contingência é fundamental para a compreensão do feminismo enquanto crítica filosófica e como movimento social que possui incoerências dentro de seus próprios pressupostos.




Os estudos feministas e de gênero, no âmbito da historiografia, possibilitaram o surgimento de outras narrativas históricas, além de novas formas de aproximação com os documentos e as fontes de modo geral, transformando as formas de interpretação dessas narrativas. Os estudos sobre as mulheres sob os auspícios de Michelle Perrot escreveram páginas fundamentais na historiografia francesa da segunda metade do século XX. Após as demandas geradas nos movimentos pelos direitos civis e pelos direitos das minorias no final dos anos 60 e 70 (no contexto do movimento feminista norte-americano), e o paradigmático maio de 68, na França, estava pronto o amálgama que produziria as teorizações feministas iniciais⁷.

Na França, influência prioritária nos estudos de gênero e feminismo no campo da historiografia brasileira, conta-nos Perrot que a história das mulheres começou a ser esboçada em ciclos de conferências que posteriormente culminaram com a produção da obra de referência “A História das Mulheres no Ocidente”, produzida entre 1987 e 1992. Perrot, ao falar sobre a obra, afirma que esta não significou o desvelamento de fatos e situações até então desconhecidas que vieram à luz, mas sim, que o que ocorreu foi a possibilidade de uma nova epistemologia para a historiografia. Nas palavras da autora:

A história das mulheres, ao colocar a questão das relações entre os sexos, revisitava o conjunto dos problemas do tempo: o trabalho, o valor, o sofrimento, a violência, o amor, a sedução, o poder, as representações. As imagens e o real, o social e o político, a criação, o pensamento simbólico. A diferença dos sexos revelava-se de uma grande fecundidade. Este fio de Ariadne percorria o labirinto do tempo. Pois do gineceu à casa rural burguesa, da pólis grega à democracia contemporânea, havia comunicações dos corredores que não existem talvez em mesmo grau nos outros capítulos da agenda histórica [...] A história das mulheres e das relações entre os sexos coloca de maneira muito feliz a questão da permanência e da mudança, da modernidade e da ação, das rupturas e das continuidades, do invariante e da historicidade... Objeto de pesquisa precisas e necessárias, terreno sonhado para a microhistória, ela é também um terreno de reflexão maior, teórico como o chamariam os americanos, epistemológico, como teríamos dito nas décadas de 1970 e 1980, para a pesquisa, diremos mais modestamente nos dias de hoje. Ela interroga a linguagem e as estruturas do relato, as relações do sujeito e do objeto, da cultura e da natureza, do público e do privado. Ela coloca em questão as divisões disciplinares e as maneiras de pensar (PERROT, 2005, p.25-26).

⁷ Para aprofundar esse debate ver, Duby e Perrot (1993).



Michelle Perrot, em seu texto “Práticas da memória feminina”⁸, aponta a ausência das mulheres nas narrativas historiográficas, principalmente em termos de registros primários. Entende essa ausência como parte de uma sedimentação seletiva, que unia o fazer historiográfico a uma concepção de ciência da história feita apenas a partir de documentos. Para Perrot, as mulheres não estão sozinhas nesse silêncio, mas ele pesa mais fortemente sobre elas, em razão da desigualdade dos sexos, e este é um momento para romper com paradigmas da história oficial.


A autora problematiza a ausência de registros oficiais sobre a memória feminina salientando como o século XIX demarcou violentamente a separação em público/privado. Sendo que o mundo público, socialmente valorizado, era destinado aos homens, enquanto as mulheres ocupavam o espaço privado. Perrot enfatiza a indiferença frente às cartas, os diários, as anotações cotidianas que as mulheres produziam na esfera do privado.

A eleição das mulheres como objeto de estudo das pesquisas em história, e especificamente em história do esporte, obrigatoriamente representou

[...] político porque circunscrito ao ambiente acadêmico, onde temáticas como essas se encontram, muitas vezes, nas zonas de sombra, sendo responsabilidade do/a pesquisador/a trazê-las à luz, conquistar espaços, atribuir-lhes sentidos. Político também porque pesquisar implica fazer opções epistemológicas e metodológicas e estas nunca são neutras, a-históricas, muito menos universalistas. (GOELLNER, 2007, p. 173-174)

Esta escolha, entretanto, representou também a necessidade de se buscar outras fontes que não somente as oficiais. Afinal, se o mundo público foi tradicionalmente um espaço masculino e se o esporte moderno se constituiu como um espaço de formação e promoção da virilidade (BOURDIEU, 2019; ELIAS, 1992; FERREZ, 2012; VIGARELLO, 2013), as fontes oficiais, provavelmente, pouco diriam sobre as mulheres. Assim, observa-se nestas pesquisas a utilização especialmente de periódicos, tanto específicos da área de educação física e esporte, como jornais de grande circulação, que têm permitido compreender as diferentes representações sobre mulheres

⁸ PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru: EDUSC, 2005. Neste livro, a autora reúne vários artigos que marcaram sua produção acadêmica em diferentes períodos. Os textos percorrem os séculos XIX e XX, trazendo reflexões sobre as atividades chamadas comumente de "boas para as mulheres" e os diferentes aspectos da divisão sexual do trabalho, apresentando um significativo estudo da sociedade francesa do século XIX e como foi construída a dicotomia público/privado, marca inconfundível da sociedade ocidental moderna.




praticantes de esporte que vem circulando na sociedade ocidental desde o início do século XX⁹. Compreender o espaço ocupado pelas mulheres no esporte, portanto, foi um movimento que derivou de dois processos: das influências das teorias feministas (GOELLNER, 2007, 2013; BANDY; GORI; JINXIA, 2012) e, pelo menos no caso brasileiro, das mudanças teórico-metodológicas do processo de escrita da história, derivados da “crise paradigmática” da historiografia, também dos anos 1970 (GOELLNER, 2007). Especialmente a partir da influência do “giro linguístico”, que implicou em uma nova compreensão sobre as fontes, a historiografia começou a questionar a objetividade dos documentos e as características da própria escrita da história. Entre as mudanças geradas no fazer historiográfico, “a inclinação para a exploração *cultural*, do mundo do símbolo, a linguagem e a representação mental foi o que teve mais força” (AROSTEGUI, 2006, p.203, destacado pelo autor), marcando especialmente o que ficou conhecido como a Nova História Cultural, e estabelecendo novos objetos e fontes para o estudo da história.

Se nesta primeira fase os estudos tinham como grande preocupação dar visibilidade às mulheres esportistas, a partir da incorporação do entendimento de gênero como uma categoria relacional, ao mesmo tempo também:

[...] possibilitou, desconstruir a representação naturalizada de que homens e mulheres constroem-se masculinos e femininos pelas diferenças corporais e que essas diferenças justificam determinadas desigualdades, atribuem funções sociais, determinam papéis a serem desempenhados por um ou outro sexo. Possibilitou, sobretudo, identificar que os corpos, as gestualidades, as representações de saúde, beleza, performance e sexualidade são construções históricas que, em diferentes tempos e culturas foram associadas aos homens e/ou as mulheres, produzindo, ainda, representações de masculinidades e feminilidades. (GOELLNER, 2007, p.183)

A incorporação da categoria gênero aos estudos de história do esporte, portanto, foi um importante marco epistemológico, pois tirou a centralidade da “mulher” como objeto de pesquisas da área e permitiu operacionalizar especialmente com as relações entre a prática esportiva e as construções de masculinidades e


⁹ Goellner (2003; 2006), por exemplo, utilizou em seus estudos especialmente revistas especializadas em educação física e esporte. Franzini (2005), ao estudar o futebol feminino, tomou como fontes periódicos paulistas de grande circulação, como *Correio da Manhã*, *Folha da Manhã* e *A Gazeta Esportiva*. Mais recentemente, a pesquisa de Fernandes (2019) também se apoiou em jornais de grande circulação, como *O Estado de S. Paulo*, o *Jornal do Brasil* e *O Fluminense* para compreender as representações da seleção feminina de futebol que circularam nos anos 1990.



feminilidades ao longo do século XX. Ainda assim, a ênfase seguiu recaindo sobre as relações entre o esporte e a construção da feminilidade — ou, mais especificamente, como a prática esportiva foi entendida como “danosa” à esta feminilidade —, sendo mais raros os estudos que colocavam a masculinidade como foco de investigação. Neste sentido, importante colaboração tem sido os estudos de Pablo Scharagrodsky, que buscam compreender como diferentes práticas do universo da cultura física ajudaram a constituir um ideal de masculinidade na Argentina de inícios do século XX (SCHARAGRODSKY, 2006; 2008; 2009).

É importante observar que tanto Bandy, Gori e Jinxia (2012) como Goellner (2013) já apontavam para como a incorporação da categoria gênero ao campo da história do esporte poderia ser ainda mais ampla caso ampliássemos nosso olhar para temas como as masculinidades (considerado até então como incipiente), homossexualidades, e mesmo a partir da incorporação dos aportes mais recentes das teorias *queer*. Entretanto, se tomamos como parâmetro um dos principais periódicos acadêmicos da área, o *The International Journal of the History of Sport*, vemos que pouco sobre estas temáticas têm sido incorporado à produção em história do esporte. Uma busca básica a partir do termo “gender”, sem discriminação de data ou tipo de publicação (artigo original; artigo de revisão; resenha) resulta em 923 publicações, enquanto o termo “sexuality” deriva 488 resultados. Destes, a quase totalidade aponta, já em seu título, que o objeto de investigação está centrado nas mulheres e sua relação com a prática esportiva. Entretanto, outros resultados nos servem de indícios sobre como determinados temas seguem como “potenciais”. As outras buscas realizadas, também sem estabelecer qualquer limitação de data e tipo de publicação resulta em: 8 resultados para o termo “transsexual”; 32 para o termo “homofobia”; 81 para “homosexuality” e 26 para “queer”. Ainda que algum destes números possam parecer favoráveis, um olhar um pouco mais atento nos leva a observar que este termos raramente aparecem nos títulos e palavras-chave dos textos indicados, são apenas mencionados em algum momento ao longo do desenvolvimento do texto, o que sugere que, na verdade, não são o tema central de estudo, mas um aspecto secundário abordado pelos artigos.

O cenário não é muito diferente entre as publicações brasileiras. Em 2012, Paulo César Possamai e Anderson da Cruz Nunes realizaram um levantamento sobre a temática da homofobia nas teses produzidas em programas de pós-graduação nacionais entre os anos de 2005 e 2010. Destas, a única que trata o tema da homofobia em sua




relação com o esporte, e desde uma perspectiva historiográfica, é a de Rodrigo Braga do Couto Rosa, intitulada *Enunciações afetadas: relações possíveis entre homofobia e esporte*. Se fizermos o mesmo exercício tomando um dos principais periódicos brasileiros da área do esporte, a *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*¹⁰, os resultados são ainda mais limitados, especialmente se considerarmos que esta é uma revista que trata de temas gerais da área de educação física e esporte: a busca resulta em 83 textos que mencionam gênero; 13 que mencionam sexualidade; 1 que menciona homofobia e 1 que menciona *queer*. Destes, apenas 8 são construídos a partir de uma abordagem historiográfica, e, uma vez mais, trazem estas questões não como objeto central do estudo, mas como temas secundários.

Masculinidades, homofobia, teoria *queer*: a necessidade de incorporação de novas perguntas à história do esporte

É necessário reconhecer, como nos ensina Michel de Certeau, que a própria história tem sua historicidade, o que “implica no movimento que liga uma prática interpretativa a uma prática social” (CERTEAU, 1982, p.32). Isso significa reconhecer que, se os estudos historiográficos vêm se debruçando majoritariamente sobre a produção de uma “história das mulheres”, é porque as condições de possibilidade, as práticas sociais existentes até o momento permitiam — ou, talvez, até mesmo demandavam — este enfoque. Entretanto, nos parece necessário ampliar este olhar, a partir da história, sobre as relações entre gênero e esporte, de forma a incorporar às discussões temas como as masculinidades e a homofobia, por exemplo, ou mesmo perspectivas teóricas mais recentes e já incorporadas a outras áreas do conhecimento, como a teoria *queer*.

Como mencionado anteriormente, um tema em potencial que já começou a ser estudado no âmbito da história do esporte, mas permanece incipiente, é o das masculinidades. R. W. Connell propõe em seus estudos a noção de masculinidade hegemônica “entendida como um padrão de práticas (*i.e.*, coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p.245). Ainda que não seja estática e que varie conforme tempos, locais e instituições, a

¹⁰ Não existe, no Brasil, um periódico especializado em história do esporte. Por isso, tomamos como referência um dos periódicos mais tradicionais da área de educação física e esporte, publicado pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.




masculinidade hegemônica é normativa, estabelecendo modelos ideais de masculinidade e buscando legitimar a posição de dominação dos homens frente a outros grupos sociais. Connell propõe que a masculinidade hegemônica, além de ser pensada como uma construção social frente ao que seria uma “feminilidade enfatizada”, também se estabelece em relação a outras masculinidades, notadamente aquelas consideradas subalternas e as marginalizadas (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; BRITO, 2016). Estas reflexões têm sido a base para os poucos estudos que encontramos sobre masculinidades na historiografia do esporte.

No Brasil, por exemplo, Leandro Teófilo de Brito (2016) fez um exercício teórico de pensar qual padrão hegemônico de masculinidade buscava-se construir no país por meio da inserção da ginástica nas escolas entre fins do século XIX e começo do século XX. A partir da noção de masculinidade hegemônica e de performatividade de gênero, o autor afirma que

um novo modelo de corpo masculino começara a entrar em voga no final do século XIX, fazendo emergir uma nova masculinidade, na qual os músculos, em conjunto com a saúde, coragem, vigor e virilidade protagonizavam uma nova ordem social, performando uma masculinidade, que posteriormente seria reconhecida como hegemônica nos estudos de gênero (BRITO, 2016, p.49).

O ensaio publicado por Brito é um importante marco no sentido de ser um dos primeiros a tomar como objeto a construção da masculinidade a partir dos estudos sobre história da educação física e do esporte. É necessário ressaltar que o autor o faz exclusivamente a partir de estudos já publicados por outros pesquisadores, e não utilizando-se de uma abordagem historiográfica propriamente dita, isto é, não buscou analisar a questão da masculinidade a partir de um conjunto de fontes e de um recorte temporal específicos. Ainda assim, aponta alguns indícios sobre como o campo da educação física e do esporte contribuiu para a construção de determinadas masculinidades no país no início do século XX.


A questão das masculinidades vem sendo abordada na historiografia sobre o esporte e a educação física especialmente pelos estudos de Pablo Scharagrodsky. Autor argentino com importante circulação nos periódicos especializados brasileiros, ele toma a construção das masculinidades em fins do século XIX e começo do século XX como objeto central de suas investigações. A partir de um conjunto de fontes escritas bastante variado, como manuais de ginástica, periódicos educativos, documentos de escolas



confessionais e de grupos como os escoteiros, Scharagrodsky tem indagado sobre o lugar ocupado pela cultura física na construção de determinadas masculinidades hegemônicas na Argentina (2006; 2008; 2009). Seus estudos demonstram como diferentes grupos, como escoteiros e salesianos, contribuíram para o estabelecimento de uma masculinidade normativa baseada na obediência e no autocontrole, especialmente das pulsões.

Ao tomar fontes conhecidas — e por vezes já bastante utilizadas — para estudar a questão das masculinidades, os trabalhos de Scharagrodsky apontam para um aspecto importante da pesquisa historiográfica: uma fonte responde às interrogações feitas por aqueles que a consultam (LE GOFF, 2012; RICOEUR, 2007). Nesse sentido, se um novo problema de pesquisa e novas perguntas podem levar-nos a olhar um mesmo documento de formas distintas, seria possível pensar a questão da construção de masculinidades no Brasil, por exemplo, a partir de fontes já bastante conhecidas e utilizadas no campo. Entretanto, para isso é necessário que a temática das masculinidades passe a ser parte da agenda de pesquisas do campo da história da educação física e do esporte no país.

Da mesma forma que se faz necessário olhar para como o esporte e a educação física vem contribuindo historicamente para a construção de masculinidades, é necessário pensar de que forma o campo esportivo se constituiu como um espaço essencialmente homofóbico. Este é o tema explorado por Rodrigo Braga do Couto Rosa, em dissertação de mestrado defendida no ano de 2010, que não apenas partiu de uma série de perguntas originais, como buscou respondê-las a partir de um conjunto de fontes até então não utilizado em pesquisas historiográficas sobre o esporte. Para entender como se estabeleceram no Brasil as relações entre esporte, homossexualidade e, principalmente, homofobia, Rosa se debruçou sobre um conjunto de fontes constituído por publicações periódicas representativas de uma “imprensa especializada LGBT”, que tinham “em comum, o fato de circularem nacionalmente, de possuírem militantes em seus quadros de jornalistas ou articulistas, de comprometerem-se publicamente a promover discussões sobre temáticas relacionadas à diversidade sexual e de serem vendidas em bancas de jornal” (ROSA, 2010, p.46). A partir deste recorte, Rosa elegeu os seguintes periódicos: *Lampião da Esquina* (1978-1981), *SuiGeneris* (1995-2000) e *G Magazine* (1997-2007). Neste sentido, a pesquisa de Rosa, além de abordar um tema pouco trabalhado na historiografia do esporte, o fez a partir da perspectiva de um público tradicionalmente silenciado pelo campo.



Se por um lado as concepções mais estabelecidas sobre gênero levaram inicialmente ao estudo das histórias das mulheres e passaram a apontar para a necessidade de se olhar para outras temáticas, como as masculinidades e a homofobia, por outro lado, é necessário pontuar que, a partir do final da década de 1980, emergiu nos Estados Unidos a Teoria *Queer*, voltada para o estudo das sexualidades, mas que em seu bojo questiona o conceito de gênero, preconizando a problematização de questões clássicas referentes a diversos campos científicos como o sociológico, filosófico, antropológico e biológico numa tentativa de posicionamento crítico em relação às leituras teóricas e sociais sobre a normalização da sexualidade e dos corpos. Até os anos 1990, a ordem social era considerada como sinônimo de heterossexualidade, e outras formas de manifestação e práticas sexuais que não se coadunassem com esse modelo eram compreendidos como “anormais”. Ou seja, o pressuposto da normalização heterossexista estava presente inclusive nos estudos referentes à sexualidade não-hegemônica.

As teóricas *queer*, dentre elas, Teresa de Lauretis, Judith Butler, Paul Beatriz Preciado, compreendem a sexualidade como um dispositivo histórico e social de poder. A escolha do termo *queer* para denominar esta corrente teórica está baseada no uso contextual da palavra nos Estados Unidos, que significa, dentre outras denominações, xingamento, anormalidade, perversão e desvio. Nesse sentido, a palavra *queer* é socialmente utilizada de forma negativa e agressiva em relação às sexualidades não-hegemônicas e foi incorporada pelas teóricas para demarcar o espaço de estigmatização, análise e desconstrução de identidades hegemônicas, numa tentativa de dialogar diretamente com um sujeito fragmentado, efêmero e contextual; e questionar as definições do que é ser homem e ser mulher. Além disso, buscam a compreensão de uma sexualidade na qual a premissa de rótulos só serve para fortalecer a concepção heteronormativa. Segundo Butler, “se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio constructo chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero” (Butler, 2008, p.25).

Portanto, os pressupostos teóricos *queer* estimulam o debate em torno de questões como a centralidade dos mecanismos sociais relacionados à operação do binarismo heterossexual/homossexual para a organização da vida (heterossexual) social contemporânea, e procuram dar mais atenção crítica a uma política do conhecimento e da diferença, considerando as práticas e conhecimentos variados que organizam a sociedade como um todo, incluindo a sexualização dos corpos e desejos.

História oral: uma possibilidade metodológica

Uma proposição importante e que é um ponto chave das teorizações feministas atuais trata-se da utilização de novas fontes para a historiografia, como por exemplo, a história oral, a memória e a biografia. A historiografia recente vem trabalhando intensamente com as fontes orais e com a escrita feminina. Isso inclui os diários, as cartas, os relatos memorialísticos e autobiográficos. A história oral e a história escrita se mesclam na produção das narrativas históricas das mulheres. Nesse ponto, é importante ressaltar as teorizações de Walter Benjamin sobre a memória e a escrita da história. Walter Benjamin, ao falar sobre a tessitura da história, se aproxima instantaneamente da ideia das *herstories*, pois, para Benjamin, a história é narrativa, construída na trama da memória. As reflexões de Benjamin sobre o tema da memória são fundamentais, pois o autor sugere um caminho de interpretação da escrita autobiográfica e memorialística que supera as abordagens tradicionais, pois, para ele, tal escrita não significa um regresso ao passado para narrar aquilo que lá se encontrava.

Ao tratar da escrita de Proust, Benjamin indica a necessidade de analisar, de maneira mais atenta, não o resultado final do tecido da história, mas sim, a construção da trama narrativa. Isto é, para ele, aquilo que importa é o processo de “desconstrução” da trama narrativa (BENJAMIN, 1994). Entretanto, Benjamin diz não ter sentido trabalhar com as memórias, as autobiografias e as histórias de vida sem transformá-las em cultura, e isto somente ocorre quando a experiência possui um potencial de abertura de mundo. Em outras palavras, a experiência só poderá ser convertida em cultura quando esta é mediada por alguém ou por algo. Todavia, se a experiência permanece contida em um sistema fechado, no círculo da pura rememoração não poderá haver abertura de mundo, isto é, não haverá pensamento, e por sua vez, não engendrará cultura. Ao se colocar em relação, a narradora vive a experiência de maneira mediada pela figura do outro, que, por sua vez, impõe limites à narrativa em função de sua possibilidade de compreensão. As memórias narradas oralmente ou por meio da escrita pessoal expõem a experiência pessoal, colocando-a em relação, abrindo-a para o mundo; desta forma, permitem a possibilidade de novas criações políticas, novas subjetividades e identidades dos atores.

Sendo assim, ao incorporar outras fontes à historiografia, outras histórias e outras formas de compreender a história, trazem uma abertura para um mundo muito mais complexo que o mero depositário das fontes consagradas e das grandes narrativas, que

por tanto tempo produziu o imaginário ocidental. Assim, ao se reconhecer como história masculina, ou *history*, a historiografia contemporânea tem a possibilidade de ser uma narrativa crítica de uma cultura patriarcal e falocêntrica, definida como a cultura. A história, se abrindo para esta crítica, se transforma possibilitando, principalmente, a produção de sujeitos outros.

Referências bibliográficas

- AROSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.
- BANDY, Susan J.; GORI, Gigliola; JINXIA, Dong. From women and sport to gender and sport: Transnational, transdisciplinary, and intersectional perspectives. **International Journal of the History of Sport**, [s. l.], v. 29, n. 5, p. 667–674, 2012.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- BORDO, Susan. **Unbearable Weight: Feminism, Western Culture, and the Body**. Berkeley; Los Angeles; Londres: University of California Press, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. Como podemos ser desportistas? In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.
- BRITO, Leandro Teófilo. Performances de masculinidades na história da educação física em fins do século XIX. **Revista Dia-logos**, v.10, n.2, 2016, p.41-51.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão da pós-modernidade. **Cadernos Pagú**. Campinas, v. 11, p. 11-42, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos feministas**, v.21, n.1, 2013, p.241-282.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das mulheres no Ocidente – O século XX**. Porto: Afrontamento, 1993.
- ELIAS, Norbert. A gênese do desporto: um problema sociológico. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992, p.187-222.
- FEREZ, Sylvain. From women's exclusion to gender institution: A brief history of the

sexual categorisation process within sport. **International Journal of the History of Sport**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 272–285, 2012.

FERNANDES, Bruna Rafaela Esporta. **O paradoxo está em jogo: as representações da mídia impressa sobre a seleção brasileira feminina de futebol na década de 1990**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas: [s.n.], 2019.

FRANZINI, Fábio. Futebol é "coisa para macho"?: Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 315-328, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882005000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 Oct. 2019.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica**. Ijuí: Unijuí, 2003.

_____. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a Prática**, 8(1), 85-100. <https://doi.org/10.5216/rpp.v8i1.106>

_____. Feminismos, Mulheres e Esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 173–196, 2007.

_____. Gênero e esporte na historiografia brasileira: Balanços e potencialidades. **Tempo (Brazil)**, [s. l.], v. 19, n. 34, p. 45–52, 2013.

GROSSI, Miriam Pillar. **Feministas históricas e novas feministas no Brasil**. Antropologia em primeira mão. Florianópolis, p. 1-34, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. CFH/CCE, UFSC, v.8, n.2, p. 9-41, 2000.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

POSSAMAI, Paulo; NUNES, Anderson. O tema da homofobia em dissertações e teses. **Métis: história & cultura**, v. 10, n. 20, p. 273–284, 2012.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROSA, Rodrigo Braga do Couto. **Enunciações afetadas: relações possíveis entre homofobia e esporte**. Dissertação (mestrado) – Universidad Estadual de Campinas: Faculdade de Educação Física. Campinas: [s.n.], 2010.

SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel. ‘Ejercitando’ los cuerpos masculinos y femeninos. Aportes para una historia de la educación física escolar argentina (1880-1990). **Apunts**

Educación Física y Deportes, v. 85, 2006, 82-89. Disponible em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=551656960005>.

_____. El scoutismo en la educación física bonaerense argentina o acerca del buen encauzamiento varonil (1914-1916). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte** [en línea]. v. 29, n.3 2008, 155-171. Disponible em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401338533011>.

_____. En el nombre del Padre, del Hijo y del Espíritu Gimnástico: prácticas corporales, masculinidades y religiosidad en los Exploradores de Don Bosco en la Argentina de principios de siglo XX. **Educar em Revista**, v.33, 2009. Disponible em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155013364005>.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez, 1995.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 2008.

VIGARELLO, Georges. Virilidades deportivas. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da Virilidade. Volume 3 - A virilidade em crise? Séculos XX-XXI**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 269–301.

GÉNERO Y SEXUALIDAD: PERSPECTIVAS PARA LA HISTORIA DEL DEPORTE

Resumen: Las cuestiones de género han sido incorporadas a las investigaciones en historia del deporte desde los años 1970 en el escenario internacional, y desde la década de 1980 en Brasil. En este camino de cerca de 40 años, desde que estas temáticas comenzaron a ser introducidas en el ámbito de la historia del deporte, se puede percibir, en las investigaciones brasileñas así como en las de otros países, un camino común: inicialmente estos estudios tenían como enfoque principalmente una “historia de las mujeres”, para posteriormente, a partir de la comprensión de género como una categoría relacional, comenzar a apuntar a la necesidad de pensar otros aspectos, como las interrelaciones existentes entre los procesos de construcción de feminidades y masculinidades y aspectos como clases sociales, identidades nacionales, religión y cuestiones étnico-raciales. A pesar de haber contribuido para la desnaturalización de ciertos aspectos del deporte, se puede percibir que estos estudios siguen bastante vinculados una historia de las mujeres. Así, se hace necesario ampliar la mirada sobre las relaciones entre género y deporte, de manera a involucrar otras problemáticas. En este ensayo buscamos, a partir de balances ya existentes sobre el área, repensar la operatividad de género y sexualidad en la investigación historiográfica sobre deporte, así como la incorporación de posibles nuevos temas y perspectivas teóricas, como las masculinidades, la homofobia y las contribuciones de la teoría *queer*. Al final, apuntamos para como los aportes teórico-metodológicos de la historia oral pueden ser

una importante herramienta para dar voz a personajes tradicionalmente invisibilizados por la historia del deporte.

Palabras clave: historiografía. historia del deporte. género

Recebido em: 08/10/2019

Aceito em: 20/12/2019

